

= 7 SET 1970

Geisel decide se as reformas têm substitutivo do Congresso

Brasília — A elaboração de um substitutivo ao projeto de reforma constitucional, forma imaginada pelo Senador José Sarney para atrair apoio da parte moderada do MDB, além de contentar a seu próprio Partido, depende de uma decisão política do mais alto nível, isto é, do Presidente Geisel, segundo o relator do projeto de reforma constitucional, em entrevista coletiva. Ainda não há uma data para a audiência do Sr Sarney com o Presidente.

O Senador José Sarney esteve com o Presidente do Senado, Senador Petrônio Portella, na manhã de ontem, quando disse ter apresentado ao coordenador das reformas constitucionais as diferentes alternativas que poderiam ser adotadas, como resultado das pesquisas que tomou a iniciativa de fazer, na qualidade de relator.

Intolerância

O Sr José Sarney disse que é natural que o Senador Petrônio Portella seja ouvido, uma vez que foi o Presidente do Senado quem fez as articulações na área política, assim como participou diretamente das gestões governamentais que levaram à elaboração do projeto de reforma constitucional.

O Sr José Sarney lembrou suas primeiras declarações, quando fez questão de acentuar que a reforma tinha dois aspectos marcantes — um, de natureza puramente legislativa; outro de natureza eminentemente política. E para ele, mais importante ainda, representa uma idéia generosa do atual Presidente da República que, "dando consequência à abertura política convocada a Nação para uma reforma que significa a passagem do estado revolucionário para o estado de direito".

No terreno político, disse que, uma vez que o MDB preconizou, durante tanto tempo, a superação dos atos de exceção, as lideranças da Arena tinham a esperança de que, durante a tramitação do projeto de reforma, a Oposição não faltasse com sua "preciosa colaboração". Acrescentou que, infelizmente, desde a apresentação das emendas, não recolheu do MDB o desejo de participar da aprovação da proposta de reforma constitucional.

Para o Senador José Sarney, o MDB demonstrou, através das emendas que apresentou, não um sincero desejo de discutir e colaborar para melhorar o projeto de reforma constitucional do Gover-

no, e sim o interesse de reafirmar princípios mais voltados para a batalha eleitoral que se aproxima.

Não quis, assim, a Oposição, em seu entendimento, atender ao grande anseio nacional, que reclama instituições democráticas definitivas. Acha que "o caminho da normalização democrática seria facilitado se o MDB se dispusesse a colaborar, uma vez que o processo lento, gradual e seguro somente pode avançar em ritmo acelerado desde que exista um consenso".

"Ao recusar-se a melhorar o projeto de reformas o MDB acolhe a tese de que o gradualismo devia ser abandonado e passa a lutar não mais pela implantação do estado de direito, mas por uma modificação nas estruturas do Poder. No projeto das reformas, realmente, não existe um artigo revogando a Revolução", afirmou o Senador José Sarney.

A abertura política oferecida constitui uma etapa na qual ingressa a Revolução, não é o fim da Revolução, segundo foram defendidas as mesmas teses de cansaço das estruturas revolucionárias, de abertura a toda a prova, de culpabilidade dos militares pelas falhas do regime, mostra como é fácil se chegar a objetivo inversamente desejado.

"Naquele tempo, em 68, fomos para a decretação do Ato Institucional nº 5 e não à abertura democrática. Assim, acho que a análise dos líderes do MDB não tem base na realidade dos fatos. Pensar-se nesse momento que, ao invés de apoiar uma reforma democrática prudente sob a alegação de que a abertura estaria defasada em função de uma suposta nova realidade, acreditando-se na liquidação do regime, eis uma posição irrealista", declarou, ainda, o Senador maranhense.

Lamentou que, em face da posição de intransigência do MDB, seu raio de ação ficou extremamente limitado.

Disse que, em função da recusa do MDB de melhorar o projeto, pouco pode fazer de criativo, uma vez que o Deputado Laerte Vieira, credenciado pela direção oposicionista, colocou questões de tão transcendentais implicações políticas que não se achava a seu alcance tomar qualquer decisão.

Disse que de todas as emendas apresentadas, apenas duas eram pertinentes em face do regimento interno, entre elas a do Deputado Antônio Mariz que pretende abrandar as exigências para criação de novos Partidos.